



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 484/2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas por
lei e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Digital nº
13477/2020,

R E S O L V E

Art. 1º TORNAR PÚBLICO, nos termos do Inciso III
e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da
Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal
desta Corte, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua
publicação

Curitiba, 24 de setembro de 2020.

Des. TITO CAMPOS DE PAULA
Presidente

À Seção de Registros Funcionais, para providenciar a
publicação da Portaria PRESID nº 484/2020.

Des. TITO CAMPOS DE PAULA
Presidente

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 28/09/2020 16:26:11
Por: TITO CAMPOS DE PAULA

TRE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/EMPO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (R.F., art. 55, inciso I, alínea "a")

PG 1.0

DISPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	
	LIQUIDADAS														
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Maio/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20			
DISPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.334.857,94	22.426.763,46	30.793.922,07	27.157.807,84	30.802.390,57	21.068.926,73	23.182.436,36	21.068.971,85	20.058.827,50	23.347.904,60	23.317.798,92	23.456.925,73	26.992.228,97	27.681,62	
Pessoal Ativo	16.236.774,94	18.193.924,40	27.029.440,07	23.036.278,57	24.647.961,97	18.933.127,57	19.117.347,85	18.008.035,59	18.988.121,83	19.297.321,53	19.251.215,04	19.311.872,24	245.668,67	488.715,14	
Vencimentos, Varalagens e Outras Despesas Variáveis	15.801.865,24	15.724.754,03	22.548.811,06	20.532.617,75	22.234.735,67	16.461.906,71	16.083.928,36	15.955.586,35	15.983.140,09	16.207.482,36	16.161.963,43	16.220.419,07	209.888,71	488.715,14	
Obrigações Patronais	2.434.903,70	2.428.153,37	5.080.608,99	2.959.669,02	2.413.226,30	2.471.220,96	3.033.756,49	3.042.497,24	3.052.981,74	3.050.081,15	3.086.254,64	3.101.458,17	35.797,96	-	
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.057.883,00	4.273.824,08	6.164.482,00	4.074.522,27	6.154.428,60	4.133.701,16	4.065.005,61	4.060.918,24	4.046.705,67	4.050.380,07	4.066.582,28	4.135.694,40	53.323.939,37	58.574,48	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.316.195,84	3.402.216,12	4.984.300,82	3.294.512,93	4.876.503,21	3.226.021,72	3.222.802,32	3.318.688,05	3.300.203,16	3.308.528,88	3.324.351,09	3.322.828,30	43.113.06,14	38.042,04	
Pensão	761.667,18	830.629,96	1.160.161,18	760.016,74	1.177.925,29	87.666,44	742.230,19	737.442,51	742.230,19	742.230,19	742.230,19	10.069.693,20	20.932,41	-	
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de fornecedores (art. 1º da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DISPESA SNA COM PESSOAL (II) (§ 1º da art. 19 da LRF)	4.057.883,00	4.273.824,07	6.164.482,00	4.074.522,27	6.154.428,60	4.133.701,16	4.065.005,61	4.060.918,24	4.046.705,67	4.050.380,07	4.066.582,28	4.135.694,40	51.720,28	58.574,48	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Decretos de Demissão: Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	77.965,75	572,73	3.368.046,10	-	-	-	-	-	-	-	-	3.452.707,58	338.042,04	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.057.883,00	4.197.614,92	4.110.359,60	1.151.546,49	6.154.428,60	4.133.701,16	4.065.005,61	4.060.918,24	4.046.705,67	4.050.380,07	4.066.582,28	4.135.694,40	48.270.75,03	20.932,41	
DISPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (II - II)	16.236.774,94	18.191.192,81	29.677.819,74	22.657.210,25	24.647.961,97	18.933.127,57	19.117.347,85	18.008.035,59	18.988.121,83	19.297.321,53	19.251.215,04	19.311.872,24	247.289,24,36	168.715,14	

FONTE: Sef - CicoSoft/TRE-PR; CicoSoft/TSE.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuam a ser informados neste campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS

1. Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 28/09/2020 16:26:11
Por: TITO CAMPOS DE PAULA

TRE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM §
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO 2019 A AGOSTO 2020

	R\$ 1,00
	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	299.519.916,59
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	52.081.987,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	247.437.929,50

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,032340%

LIMITE MÁXIMO				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,042046%	321.698.789,71
Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005		0,042004%	321.377.442,87
Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-	-
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013		0,041926%	320.780.655,88
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST-CSJT/2015			-	-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. TITO CAMPOS DE PAULA
 Presidente

VALCIR MOMBACH
 Diretor-Geral

HELTON JOSE SANCHEZ
 Gestor Financeiro

HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA
 Controle Interno

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
 Em: 28/09/2020 16:26:11
 Por: TITO CAMPOS DE PAULA

TRE